

SOBRE A COLEÇÃO

Trajetórias de vida e escolar de jovens em situação de risco e vulnerabilidade social

O Brasil, nos últimos anos, tem investido em pesquisas que nos ajudam a analisar a delinquência juvenil e a vitimização de jovens à violência, destacando-se o *Atlas da Violência* e o *Mapa da Violência*. Através destes estudos, é possível identificar, dentre outras questões, que ser jovem, homem e negro no país é estar eminentemente vulnerável à violência.

A realização de pesquisas que ajudem a refletir sobre a vulnerabilidade de jovens à violência tem oportunizado uma grande quantidade de informações sobre o comportamento juvenil e sobre vitimização. Sem sombra de dúvidas, estas pesquisas contribuem diretamente para se pensar encaminhamentos políticos que possibilitem avaliações e tomadas de decisões na implementação de políticas públicas para a juventude.

Com o objetivo de contribuir nesta direção, principalmente no debate sobre educação, justiça, direitos humanos, violência, criminalidade, delinquência juvenil, e políticas de restrição e privação de liberdade, foi criado o Grupo de Trabalho e Estudos sobre Políticas de Restrição e Privação de Liberdade no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), que reúne, desde 2012, profissionais e pesquisadores de diversas instituições do estado Rio de Janeiro. Dentre as suas várias atividades, principalmente de estudos e pesquisas, o grupo tem procurado dialogar com a sociedade através da produção acadêmica, possibilitando um maior aprofundamento do tema no país.

Em 2016, o grupo integrou a terceira edição da “Pesquisa Internacional sobre Delinquência Autorelatada” coordenada pela Escola de Criminologia e Justiça Criminal da Universidade Northeastern – Estados Unidos da América (EUA). Nesta última edição, o Brasil se inseriu de forma inédita como um dos 36 países integrantes da pesquisa sobre a delinquência juvenil e vitimização.

Em síntese, a investigação foi realizada no ambiente escolar, com a participação de estudantes do 7º, 8º e 9º anos (ou séries/anos equivalentes para adolescentes entre 12 e 16 anos) selecionados aleatoriamente em cidades de médio ou grande porte.

No Brasil, a pesquisa seguiu com o título *Trajетórias de vida e escolar de jovens em situação de risco e vulnerabilidade social*, sendo financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), através do Auxílio Programa Jovem Cientista do Nosso Estado – Edital Faperj n° 10/2016.

Na edição brasileira, a pesquisa foi realizada nas redes municipais de educação de Duque de Caxias, Itaguaí, Mangaratiba e Angra dos Reis, além de integrar, de forma inédita, os adolescentes do sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro (Degase/RJ) que participaram pela primeira vez na história da referida pesquisa internacional. Dentre os seus objetivos, procurou identificar e analisar, nas trajetórias de vida e escolar dos jovens, elementos que possibilitem possíveis pistas para a compreensão do ato infracional.

Levando em conta o aporte teórico e metodológico desta pesquisa internacional sobre delinquência autorrelatada, o estudo pautou-se na seguinte questão: existem diferenças entre a vivência de práticas cotidianas e relações socioafetivas dos jovens, inclusive entre os que estão em situação de privação de liberdade?

A referida questão traz como proposta inicial investigar e analisar as diferenças em ambos os grupos (alunos do ensino regular e internos do sistema socioeducativo). Além disso, a integração do Brasil na base de dados do estudo internacional possibilitou um diálogo comparado sobre a vulnerabilidade de jovens à violência nos diversos países participantes. No caso específico brasileiro, também foi possível analisar as semelhanças e as diferenças entre os jovens das redes municipais de educação e os que estavam em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do estado.

Os resultados desta pesquisa foram publicados no livro *Trajatórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade: um estudo sobre a delinquência juvenil no estado do Rio de Janeiro*, em 2019, pela Editora Paco Editorial. Além deste estudo, os integrantes do Grupo de Trabalho e Estudos sobre Políticas de Restrição e Privação de Liberdade (PPGE/UFF) também desenvolveram pesquisas de mestrado e doutorado que dialogam com a temática central que mobiliza o grupo de pesquisa.

Entre os anos de 2017 e 2021, foram defendidas a dissertação de mestrado de Iris Menezes de Jesus, *Escolarização de jovens de 15 a 17 anos em situação de privação de liberdade: reflexões sobre o sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro*, que se propôs a analisar as diversas questões que envolvem o processo de escolarização de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos em cumprimento de medida de internação no sistema socioeducativo no estado do Rio de Janeiro; e a tese de doutorado de Soraya Sampaio Vergílio, intitulada *Trajatórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no estado do Rio de Janeiro – intersecções entre vulnerabilidades, vitimizações e atos infracionais*, que comprova a existência de intersecções entre as condições sociais adversas experimentadas por estes jovens, demonstrando que, além de autores de atos infracionais, são também vulneráveis e vítimas.

Compreendendo a complexidade de ser jovem na sociedade contemporânea, principalmente a partir das interseccionalidades¹ vivenciadas pelos jovens das classes populares que, ao mesmo tempo, são vítimas, vulneráveis e autores de atos infracionais, estas propostas de pesquisa, sem sombra de dúvida, têm sua relevância também justificada por buscar analisar, nas trajetórias de vida e escolar e nas práticas sociais dos jovens, elementos que possibilitem possíveis pistas para a compreensão do ato infracional.

A necessidade urgente em avançar nas discussões sobre as juventudes, violência, delinquência juvenil, trajetória de vida e escolar de jovens, inclusive os que estão em situação de privação de liberdade, transforma estas propostas de pesquisa em estudos de extrema importância no contexto social contemporâneo.

Como desdobramento desta primeira experiência brasileira, iniciamos, em 2019, com o apoio do Ministério Público do Rio de Janeiro, a pesquisa *Trajelórias de vida e escolar de jovens em situação de risco e vulnerabilidade social acusados de cometimento de ato infracional*, que visou analisar, de forma inédita, as entrevistas realizadas pelos promotores públicos do estado do Rio de Janeiro, das 1ª a 4ª Promotorias de Justiça da Infância e Juventude da Capital, com os adolescentes acusados de cometimento de ato infracional nos anos de 2017, 2018 e 2019, no procedimento denominado de oitiva informal².

A pesquisa foi realizada com o financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), através do Auxílio Programa Jovem Cientista do Nosso Estado Edital Faperj nº 10/2019, sendo pautada na seguinte questão: quais as diferenças entre a vivência de práticas cotidianas e relações socioafetivas dos jovens acusados do cometimento de ato infracional?

Dentre os seus principais objetivos, destacam-se:

- entender as possíveis influências das práticas sociais e relações socioafetivas no cometimento de ato infracional;
- compreender como os jovens estão vivenciando, em suas práticas cotidianas e relações socioafetivas, situações violadoras e delituosas;

¹ É o estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação.

² Na área do Direito, oitiva é a audição de uma testemunha ou daqueles que se encontram envolvidos no processo que está sendo julgado. No Estatuto da Criança e do Adolescente, na seção V – Da apuração de Ato Infracional Atribuído a Adolescente – no Art. 179 - "apresentado o adolescente, o representante do Ministério Público, no mesmo dia e a vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informações sobre os antecedentes do adolescente, procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsáveis, vítima e testemunhas".

- criar uma base factual sólida sobre a prática de ato infracional através da qual os dados podem ser usados para testar as diferentes teorias do crime/delinquência juvenil.

Como desdobramento deste estudo, foi produzida a tese de doutorado de Renan Saldanha Godoi, *Em conflito com a lei: um estudo sobre o “perfil” dos adolescentes e jovens acusados de prática de ato infracional no Rio de Janeiro (2017-2019)*, defendida em 2022, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

Refletindo sobre os dados da pesquisa desenvolvida em parceria com o Ministério Público do Rio de Janeiro, o livro *Adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social acusados de cometimento de ato infracional na cidade do Rio de Janeiro*, que integra a coleção *Trajetórias de vida e escolar de jovens em situação de risco e vulnerabilidade social*, reúne uma coletânea de artigos escritos por pesquisadores e profissionais que atuam diretamente com esses sujeitos.

Através desta e das demais pesquisas realizadas pelo Grupo de Trabalho e Estudos sobre Políticas de Restrição e Privação de Liberdade, o Brasil segue participando do diálogo internacional sobre a vulnerabilidade de jovens à violência. Acreditamos que os resultados publicados nesta coleção de obras, fundamentadas na avaliação das políticas de proteção aos direitos da população infantojuvenil e no conhecimento dos fatores de risco que se relacionam com a conduta delitiva por parte desses sujeitos, contribuirão para a formulação de políticas que tenham como finalidade a prevenção da prática do ato infracional.

Esperamos que a coleção e este livro, em especial, contribuam com as discussões sobre o tema!

Boa leitura a todxs!

Elionaldo Fernandes Julião